

Expediente

Editor: Felipe Maia
Jornalista Responsável: Fernando Borgonovi
Capa e diagramação:
Tiragem: 5.000 exemplares

Comissão Editorial: Alexandre Machado, Angélica Müller, Christian Lindberg, Euzébio Jorge, Fabiana Costa, Felipe Maia, Kathia Dudyk, Luísa Barbosa e Raísa Marques.

Conselho Diretor do CEMJ: André Tokarski, Fabio Pereira Garcia, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Eder Bruno Almeida Teodoro, Felipe Maia, Elisângela Lizardo de Oliveira, Fabiana Costa, Monique Lemos de Lima, Felipe Spadari da Silva, Fernando Garcia de Faria, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Larissa Miho Nishiyama, Alexandre Machado Rosa, Raísa Marques, Anne Cristine Silva Cabral, Marcelo Marigliani Arias, Renata Czky, Luana Bonone, Carla Santos, Ronaldo Carmona, Rubens Diniz, Toni Carlos Pereira, Marcio Ortiz Meinberg.

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Euzébio Jorge Silveira de Sousa

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO

Larissa Miho Nishiyama

SECRETÁRIO GERAL

Marcio Ortiz Meinberg

DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Macelo Marigliani Arias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Felipe Maia

DIRETOR DE MEMÓRIA

Raísa Marques

DIRETORA DE CULTURA

Renata Czky

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Eder Bruno Almeida Teodoro

DIRETORA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E

ESPORTIVAS

Alexandre

A revista Juventude.br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acerto prévio como editor. Os artigos devem ser enviados em formato texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0.

Maiores informações sobre a licença:
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>



APRESENTAÇÃO

por Felipe Maia

Em suas duas últimas décadas, o Brasil vem experimentando transformações importantes. A avalanche neoliberal dos anos 1990 produziu mudanças de vulto no mercado de trabalho, houve reestruturações produtivas em larga escala, com redução de postos de trabalho; fechamento de indústrias que não suportaram as novas condições de competição internacional; redução das redes públicas de proteção dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a demanda por trabalhadores mais qualificados, isto é, com maior tempo de escolarização, cresceu. A juventude foi particularmente afetada por essas grandes transformações, tendo sido a parcela da sociedade que mais sofreu com o desemprego e com a precarização das novas condições de trabalho. Apenas muito lentamente o sistema educacional começou a responder a essas novas condições, primeiro com a elevação da oferta de vagas, enfrentando porém problemas sérios de qualidade e de equidade na educação ofertada. Este é também o período que o tema “juventude” ganha força como uma arena própria para a formulação de políticas públicas, o que amplia o leque de possibilidades para além da seara clássica da política educacional.

Na década seguinte, o Brasil tentou encontrar saídas da ortodoxia neoliberal que havia dominado a América Latina com péssimos resultados sociais. Um conjunto de iniciativas tenta recuperar o espaço de uma base produtiva nacional e de redefinição das formas de inserção do país no cenário internacional. As marcas porém da reestruturação neoliberal pesam na constituição do mercado de trabalho. Pesa com tanta ou maior força a trajetória social e institucional de imensa desigualdade no acesso a bens públicos que se tornaram cada vez mais essenciais, como o conhecimento e a cultura. Como se redefiniriam então as relações entre educação e trabalho na contemporaneidade? O dossiê de artigos apresentado nesta edição de Juventude.br busca oferecer uma contribuição ao tema, sem ter, evidentemente, qualquer pretensão sintética ou de esgotar tema tão complexo que vem motivando pesquisadores diversos.

Abrindo o dossiê, Raquel Lima debate a relação entre escola e mercado de trabalho no período de transição dos jovens para a vida adulta. A autora investiga quais foram as trajetórias trilhadas pelos jovens brasileiros entre os anos de 1982 e 2006, utilizando-se de dados das PNAD do período. Ponto importante levantado pela autora é que o ingresso precoce no mercado de trabalho é uma barreira para a qualificação do trabalho. Por sua vez, a maior permanência no sistema de ensino prolonga a experiência característica da vida juvenil. Pode-se então vislumbrar trajetórias distintas segundo recortes da população juvenil segundo gênero, origem familiar, capital cultura ou renda, que afetam decisivamente as possibilidades de transição para a vida adulta.

As relações da juventude com a educação e o trabalho também motivam o artigo “A juventude brasileira e a educação”, no qual os autores produzem uma interessante análise dos dados das PNAD de 2008, 2009 e 2011. Suas conclusões também reforçam a percepção das grandes desigualdades entre os jovens, tanto no que se refere à composição da população juvenil segundo gênero, origem familiar, capital cultura ou renda, que afetam decisivamente as possibilidades de transição para a vida adulta.

Já Raquel Gomes nos apresenta uma etnografia realizada em uma escola pública da cidade do Rio de Janeiro, na qual observa como classificações e rótulos produzidos na escola interferem no desempenho escolar dos alunos. Sua perspectiva busca comparar o peso de variáveis diversas, como as relações raciais ou o comportamento dos alunos, no cotidiano da escola e de que maneira professores e alunos reagem a elas.

A contribuição de Bruno Costa parte da relação entre a educação e o trabalho na obra de Paulo Freire, reconstituindo historicamente a formação do pensamento de Freire e dos movimentos de cultura popular em Pernambuco nos anos 1960. Seu artigo joga luz nas relações entre a concepção pedagógica e a ideia de “consientização” que possibilitam disputar o campo cultural a partir da perspectiva dos próprios educandos.

A revista apresenta ainda um entrevista na qual o sociólogo Marcelo Ridenti nos fala sobre a presença da noção de “brasilidade” na produção cultural brasileira dos anos 1960 aos dias de hoje. O autor observa as transformações na forma com a qual sucessivas gerações lidaram com o termo, conformando “estruturas de sentimento” em relação ao país e suas conjunturas. Ridenti é crítico da naturalização da mercantilização da cultura no período de triunfo do neoliberalismo, mas ao mesmo tempo vê em sua crise uma oportunidade para a construção de novas respostas.

Por fim, em homenagem aos 20 anos de uma das mais importantes campanhas políticas lideradas pela juventude no Brasil, apresentamos um “Especial” sobre o movimento do “Fora Collor”. A seção reúne minibiografias e depoimentos de alguns dos personagens mais destacados da liderança estudantil do movimento, revelando detalhes e pontos de vista que ajudam a compreender a construção, o sucesso e os desafios deste movimento.

Boa leitura!